

DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL: DIÁLOGOS ENTRE ECONOMIA E DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA

**INTEGRAL HUMAN DEVELOPMENT:
DIALOGUES BETWEEN ECONOMICS AND THE
SOCIAL DOCTRINE OF THE CHURCH**

**FE: ¿CONFIANZA O PIEDAD? APORTES DE LA
TEOLOGÍA LUTERANA**

Clelia Peretti

Doutora em Teologia, mestre em Educação, licenciada em
Pedagogia e História, bacharel em Teologia e especialista
em Ciências Religiosas, Gestão Escolar e Psicologia
Humanista, atuando como docente e pesquisadora na
PUCRS com pós-doutorado em Fenomenologia.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2062-0883>
E-mail: cpkperetti@gmail.com

Valquíria Aparecida Ribeiro

Doutoranda em Teologia pela PUCRS, bolsista da Cnpq.
Mestre em Economia pelo Instituto Universitário Sophia,
Itália. Graduada em Administração pela Unopar.
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8574-4024>
E-mail: ribeirovalquiriap4@gmail.com

Recebido em 28 de setembro de 2025
Aprovado em 29 de outubro de 2025

RESUMO

O artigo "Desenvolvimento Humano Integral: Diálogos entre Economia e Doutrina Social da Igreja" explora a evolução histórica e conceitual do termo "desenvolvimento", analisando suas interseções entre economia e a Doutrina Social da Igreja. O tema é contextualizado a partir da necessidade de alinhar progresso econômico com dignidade humana, justiça social e sustentabilidade ambiental, especialmente diante dos desafios contemporâneos. A justificativa reside na urgência de repensar o desenvolvimento como um processo integral, que transcenda

indicadores econômicos e incorpore dimensões éticas, sociais e espirituais. O problema central abordado é a fragmentação das abordagens de desenvolvimento, que frequentemente negligenciam aspectos humanos e ecológicos. O objetivo do estudo é propor uma visão interdisciplinar que articule economia e teologia para promover o desenvolvimento humano integral. A metodologia baseia-se em análise bibliográfica de obras de economistas como Adam Smith, Karl Marx, Amartya Sen e Joseph Schumpeter, além de documentos da Doutrina Social da Igreja, como as encíclicas *Rerum Novarum*, *Populorum Progressio* e *Laudato Si'*. Os resultados destacam a necessidade de integrar sustentabilidade, equidade e espiritualidade ao conceito de desenvolvimento, culminando na proposta de "sustentabilidade integral". Conclui-se que o desenvolvimento humano integral é um projeto civilizatório em construção, que exige cooperação entre ciência, política, ética e fé para enfrentar crises globais e promover o bem-estar humano e ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento humano integral, Doutrina Social da Igreja, sustentabilidade, economia, interdisciplinaridade.

ABSTRACT

The article "Integral Human Development: Dialogues Between Economics and the Social Doctrine of the Church" explores the historical and conceptual evolution of the term "development," analyzing its intersections between economics and the Social Doctrine of the Church. The topic is contextualized by the need to align economic progress with human dignity, social justice, and environmental sustainability, especially in light of contemporary challenges. The rationale lies in the urgency of rethinking development as an integral process that transcends economic indicators and incorporates ethical, social, and spiritual dimensions. The central issue addressed is the fragmentation of development approaches, which often neglect human and ecological aspects. The study aims to propose an interdisciplinary vision that bridges economics and theology to promote integral human development. The methodology is based on a bibliographic analysis of works by economists such as Adam Smith, Karl Marx, Amartya Sen, and Joseph Schumpeter, as well as documents from the Social Doctrine of the Church, including the encyclicals *Rerum Novarum*, *Populorum Progressio*, and *Laudato Si'*. The results highlight the need to integrate sustainability, equity, and spirituality into the concept of development, culminating in the proposal of "integral sustainability." The conclusion is that integral human development is a civilizational project in progress, requiring cooperation among science, politics, ethics, and faith to address global crises and promote human and environmental well-being.

Keywords: Integral human development, Social Doctrine of the Church, sustainability, economics, interdisciplinarity.

RESUMEN

El artículo "Desarrollo Humano Integral: Diálogos entre Economía y Doctrina Social de la Iglesia" explora la evolución histórica y conceptual del término "desarrollo", analizando sus intersecciones entre la economía y la Doctrina Social de la Iglesia. El tema se contextualiza a partir de la necesidad de alinear el progreso económico con la dignidad humana, la justicia social y la sostenibilidad ambiental, especialmente ante los desafíos contemporáneos. La justificación reside en la urgencia de repensar

el desarrollo como un proceso integral, que trascienda los indicadores económicos e incorpore dimensiones éticas, sociales y espirituales. El problema central abordado es la fragmentación de los enfoques de desarrollo, que a menudo descuidan los aspectos humanos y ecológicos. El objetivo del estudio es proponer una visión interdisciplinaria que articule economía y teología para promover el desarrollo humano integral. La metodología se basa en el análisis bibliográfico de obras de economistas como Adam Smith, Karl Marx, Amartya Sen y Joseph Schumpeter, además de documentos de la Doctrina Social de la Iglesia, como las encíclicas *Rerum Novarum*, *Populorum Progressio* y *Laudato Si'*. Los resultados destacan la necesidad de integrar sostenibilidad, equidad y espiritualidad al concepto de desarrollo, culminando en la propuesta de "sostenibilidad integral". Se concluye que el desarrollo humano integral es un proyecto civilizatorio en construcción, que exige cooperación entre ciencia, política, ética y fe para enfrentar crisis globales y promover el bienestar humano y ambiental.

Palabras clave: Desarrollo humano integral, Doctrina Social de la Iglesia, sostenibilidad, economía, interdisciplinariedad.

Introdução

O conceito de desenvolvimento tem sido objeto de reflexão ao longo da história, evoluindo conforme as transformações econômicas, sociais e culturais. Desde as primeiras teorias econômicas de Adam Smith e Karl Marx até as abordagens contemporâneas de Amartya Sen e Jeffrey Sachs, o desenvolvimento foi amplamente debatido como um processo de crescimento e progresso. Paralelamente, a Doutrina Social da Igreja trouxe uma perspectiva ética e humanista, destacando a centralidade da dignidade humana e do bem comum. Este artigo busca explorar as intersecções entre economia e Doutrina Social da Igreja, propondo uma visão interdisciplinar que articule progresso econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental e espiritualidade.

Diante dos desafios globais, como desigualdades sociais, degradação ambiental e crises econômicas, torna-se urgente repensar o desenvolvimento como um processo integral, capaz de promover o florescimento humano em todas as suas dimensões. Assim, o texto apresenta uma análise histórica e conceitual, culminando na proposta de um modelo de desenvolvimento humano integral, que se configura como um caminho necessário para enfrentar as crises contemporâneas e construir um futuro mais justo e sustentável.

Raízes e Evolução do Termo Desenvolvimento sob a Ótica da Economia e da Doutrina Social da Igreja

A etimologia da palavra desenvolvimento é originária do latim “volvere”, que significa “rolar” ou “fazer girar”. Na língua portuguesa, existe uma combinação entre o prefixo “des”, com indicativo de oposição, e o verbo “envolver”. Nesse sentido, desenvolvimento pode ser conceituado como um processo que envolve pessoas para a transformação, crescimento e progresso de determinado fenômeno, instituição ou indivíduo. É um conceito amplo que comporta diversos elementos e dimensões,

incluindo aspectos econômicos, políticos, sociais, humanos, tecnológicos etc., sendo capaz de promover mudanças estruturais e funcionais. Dessa forma, o desenvolvimento pode ser considerado uma necessidade contínua e dinâmica, que promove a evolução sistemática das capacidades humanas, institucionais e tecnológicas, buscando alcançar um estado de maior eficiência. A partir do século XVIII, com a consolidação da economia como ciência fundamentada em teorias sobre o desenvolvimento econômico, os conceitos de economia e desenvolvimento passaram a ser amplamente analisados e interpretados por renomados economistas, tornando-se um conceito único como referencial para o crescimento e progresso.

Adam Smith (1976), por exemplo, associou o desenvolvimento econômico à capacidade de aumentar a produção por meio da especialização do trabalho. Para ele, a divisão do trabalho representava um fator determinante para a eficiência produtiva, permitindo maior geração de riqueza, tornando os processos mais eficientes, seguindo a lógica do livre mercado, regida pela lei da oferta e da demanda. A partir dessa perspectiva, o acúmulo de bens passou a ser compreendido como indicador essencial do crescimento econômico, o qual era sinônimo de desenvolvimento.

Em sua obra *A Riqueza das Nações*, Smith enfatiza:

O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parecem ter sido resultados da divisão do trabalho (SMITH, 1996, p. 65).

Esse princípio foi impulsionado pela Revolução Industrial com novos processos, os quais permitiram um aumento significativo na produção de bens. A especialização do trabalho emergiu, então, como o principal fator para maximização da eficiência produtiva. Porém, esse modelo se expressou em jornadas de trabalho exaustivas, além da precarização das condições de trabalho nas fábricas, sobretudo para as mulheres que saíram das esferas domésticas para a conquista do novo mundo do trabalho, uma emancipação que teve altos custos.

Karl Marx, ao analisar as dinâmicas do sistema capitalista, destacou um elemento central em sua estrutura: a conversão do trabalho em mercadoria. Como ele afirma: "todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende a sua força de trabalho como mercadoria" (MARX, 1985, p. 48). A partir dessa constatação, formulou uma crítica contundente ao sistema capitalista, identificando nele um mecanismo de exploração da classe trabalhadora. Para mitigar esses impactos e promover maior equidade na distribuição da riqueza, propôs um controle mais efetivo do Estado sobre a economia.

Porém, a questão do papel estatal na organização econômica e social suscitou, ao longo da história, amplos debates teóricos e práticos, refletindo distintas concepções sobre a relação entre trabalho, capital e desenvolvimento. Essas discussões continuam relevantes até os dias atuais, especialmente diante dos desafios impostos pelas novas formas de organização do trabalho e da economia globalizada.

A Doutrina Social da Igreja e o Conceito de Desenvolvimento: Respostas às Novas Práticas e Concepções Econômicas

Paralelamente a essas reflexões sobre o desenvolvimento, a Doutrina Social da Igreja ofereceu uma abordagem diversa para a questão. O Papa Leão XIII, no ano de 1891, em sua Encíclica *Rerum Novarum*, lançou um olhar crítico sobre as condições degradantes a que os trabalhadores estavam submetidos no contexto da Revolução Industrial. Apesar de reconhecer as inovações e o progresso econômico como marcos significativos da modernidade, o Papa alertava sobre as causas de conflitos que emergiam dessa nova ordem produtiva. Ele observa a complexidade de estabelecer uma relação justa entre capital e trabalho, afirmando que: “É difícil, efetivamente, precisar com exatidão os direitos e os deveres que devem ao mesmo tempo reger a riqueza e o proletariado, o capital e o trabalho (LEÃO, 1891, p. 2). Diante desse cenário, reafirma a necessidade de preservação da dignidade humana no contexto do progresso econômico, assegurando salários justos e defendendo um uso ético da propriedade privada, orientado para o bem comum. Em oposição à proposta marxista de abolição da propriedade privada como meio de resolver os conflitos, argumenta que tal medida, ao invés de solucionar as desigualdades, agravaria ainda mais a condição dos trabalhadores: “longe de ser capaz de pôr termo ao conflito, prejudicaria o operário se fosse posta em prática.” (LEÃO, 1891, p. 2). A encíclica destaca ainda que os ricos têm o dever moral de auxílio aos mais necessitados:

Quem quer que tenha recebido da divina Bondade maior abundância, quer de bens externos e do corpo, quer de bens da alma, recebeu-os com o fim de os fazer servir ao seu próprio aperfeiçoamento, e, ao mesmo tempo, como ministro da Providência, ao alívio dos outros (LEÃO, 1891, p.10).

Assim, enquanto Marx propunha uma revolução econômica e social para superar as desigualdades promovidas pelo capitalismo, a Doutrina Social da Igreja oferecia uma resposta ética e solidária, baseada na valorização do trabalho, na justiça social e na corresponsabilidade entre ricos e pobres.

Mais tarde, Joseph Schumpeter (1961) realizou uma análise do sistema capitalista, tendo em vista as questões levantadas por Marx sobre a autorregulação do mercado como proposto por Smith, e concluiu que o sistema, para obter desenvolvimento, passa pela destruição e substituição de métodos ultrapassados por novas estruturas mais eficientes, assim definindo:

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista (SCHUMPETER, 1961, p. 105).

Segundo Schumpeter, o desenvolvimento econômico é um processo dinâmico impulsionado pela inovação e pela ação do empreendedor, que rompe com estruturas produtivas estabelecidas e introduz novas formas de organização e tecnologia. Esse fenômeno, ele denomina como “destruição criativa”, redefinindo o crescimento econômico não apenas como mero acúmulo de capital ou aumento da produtividade

- conforme proposto pelos economistas clássicos, mas como uma transformação estrutural guiada por ciclos de inovação e recessão. Dessa forma, a economia não se desenvolve de maneira linear, mas por meio de sucessivos avanços e rupturas, que alteram o mercado e estimulam a competitividade.

O avanço tecnológico potencializou esse dinamismo, promovendo inovações que impulsionaram o desenvolvimento econômico e ampliaram as fronteiras da produção. Com a globalização, a difusão acelerada de novas técnicas gerou um cenário interconectado, no qual sistemas antes fragmentados agora operam em uma escala mundial. Essa hiperconectividade expande oportunidades e redesenha o mercado de trabalho, exigindo novas competências e habilidades dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que redefine a relação entre capital e trabalho em um ambiente cada vez mais tecnologicamente sofisticado.

Apesar dos avanços proporcionados pelo desenvolvimento e progresso econômico e tecnológico, ainda persistem desafios estruturais que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Problemas como fome, pobreza e desigualdades sociais atravessaram séculos, evidenciando que o desenvolvimento não pode ser medido exclusivamente por indicadores econômicos, sendo necessário incorporar outras dimensões humanas e sociais à análise. Essas limitações fomentaram o surgimento de novas abordagens teóricas que ampliam a concepção de desenvolvimento dentro da ciência econômica para considerar, além do crescimento material, aspectos como questões de equidade, justiça e direitos humanos.

Desenvolvimento Integral: Liberdade, Dignidade Humana e Sustentabilidade

O economista indiano Amartya Sen propõe uma visão que enfatiza a liberdade como elemento central do desenvolvimento. Para ele, o verdadeiro progresso não se limita ao crescimento econômico, mas deve ser avaliado pelo grau de ampliação das liberdades individuais e coletivas. Conforme descrito: “a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento da liberdade das pessoas” (SEN, 2010, p. 12).

Essa perspectiva vincula o desenvolvimento à garantia dos direitos essenciais, como acesso à saúde, alimentação e educação, condições fundamentais para que as pessoas exerçam sua autonomia e lhes permitam que façam escolhas que impactam diretamente sua qualidade de vida. Dessa forma, a noção contemporânea de desenvolvimento transcende a lógica puramente econômica e passa a incorporar elementos éticos e sociais.

Diante disso, o Papa Paulo VI, em sua Encíclica *Populorum Progressio*, retoma o conceito de desenvolvimento para “a questão social que abrange o mundo inteiro” (PAULO VI, 1967, p. 1), tratando da “valorização das qualidades humanas; que se orientam com decisão para seu pleno desenvolvimento” (PAULO VI, 1967, p. 1). Sobre a problemática do desenvolvimento integral do homem, assim propõe:

Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação

que ofendam a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais: tal é a aspiração dos homens de hoje, [...] os povos que ainda há pouco tempo conseguiram a independência nacional, sentem a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, tanto social como econômico, a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano e de ocuparem o lugar que lhes pertence no concerto das nações (PAULO VI, 1967, p. 3).

A liberdade trabalhada por Amartya Sen aparece na centralidade da Doutrina Social da Igreja, uma liberdade que exclua qualquer modalidade de escravidão dos povos, a liberdade que rompe as cadeias da promoção de desigualdades sociais, sobretudo da lógica de mercado: muita riqueza para poucos e grandes carências para muitos. Dessa forma, define o termo desenvolvimento a partir da visão cristã:

O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: ‘não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira (PAULO VI, 1967, p. 5).

Com a concepção de que cada ser humano é parte da humanidade inteira, pois faz parte do corpo todo, e o bem-estar de cada pessoa deve ser garantido, o conceito de desenvolvimento se conecta, então, entre economia e a doutrina social da Igreja, assumindo propostas e reflexões que seguem na mesma direção.

Todavia, à dimensão de desenvolvimento que passa a incorporar o humano ao econômico, percebe-se, ao longo do tempo, que se faz necessário ampliar ainda mais essa visão, abrindo-se para a questão da natureza, pois a escassez dos recursos naturais se torna um fator predominante, ocupando os grandes debates das autoridades mundiais, visto que seus impactos são determinantes para as relações ligadas ao desenvolvimento.

Sustentabilidade Integral: Entre os ODS, a *Laudato Si* e o Paradigma Econômico Contemporâneo

O ano de 2015 foi um marco na história, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), acrescentando um novo termo ao desenvolvimento: a sustentabilidade. No mesmo ano, o Papa Francisco, em sinergia com a questão da sustentabilidade para o desenvolvimento, publicou a Encíclica *Laudato Si'*, uma chamada para uma conversão ecológica, que integra uma análise da atualidade nos três pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental. Com uma crítica ao paradigma tecnocrático, afirma que a evolução digital:

[...] as dinâmicas dos mass-media e do mundo digital, que, quando se tornam onnipresentes, não favorecem o desenvolvimento duma capacidade de viver com sabedoria, pensar em profundidade, amar com generosidade [...] isto exige de nós um esforço para que esses meios se traduzam num novo desenvolvimento cultural da humanidade, e não numa deterioração da sua riqueza mais profunda. A verdadeira sabedoria, fruto da reflexão, do diálogo e do encontro generoso entre as pessoas, não se adquire com uma mera acumulação de dados, que, numa espécie de poluição mental, acabam por saturar e confundir. [...] e, deste modo,

frequentemente gera-se um novo tipo de emoções artificiais, que têm a ver mais com dispositivos e monitores do que com as pessoas e a natureza (FRANCISCO, 2015, p. 14-15).

Essa reflexão do Papa Francisco alerta-nos para a contaminação à qual o ser humano é exposto por meio da grande quantidade de informações que circula em frações de segundo, gerando uma “poluição mental” capaz de afetar até mesmo a capacidade do desenvolvimento cultural, do desenvolvimento da sabedoria, do desenvolvimento das relações interpessoais e das relações humano-natureza. Dados superficiais que estão consumindo o tempo da humanidade em prol de uma conectividade global ilusória, pois a vida compartilhada nas redes sociais não expressa a realidade de cada pessoa, mostrando apenas o que ela, de forma também superficial, deseja que se veja.

Em sintonia com a *Laudato Si'*, o economista americano Jeffrey Sachs, em sua obra *A Era do Desenvolvimento Sustentável*, faz uma crítica ao sistema que busca o crescimento econômico, porém não consegue resolver as problemáticas, servindo de combustível para as crises econômicas, políticas, ambientais e sociais, definindo:

O desenvolvimento sustentável aspira que no mundo o progresso econômico tenha a mais ampla difusão; que a pobreza extrema seja eliminada, que a solidariedade social seja encorajada por meio de políticas voltadas para fortalecer o sentimento comunitário, que o meio ambiente seja protegido da degradação provocada pelas atividades humanas. Note-se que o desenvolvimento sustentável propõe um quadro holístico em que a sociedade visa objetivos econômicos, sociais e ambientais. Às vezes, esse conceito é sintetizado assim: os ODS requerem um crescimento econômico inclusivo do ponto de vista social e sustentável do ponto de vista ambiental. (SACHS, 2015, p. 3). (Tradução nossa).¹

Jeffrey Sachs destaca a necessidade de uma transformação profunda no paradigma econômico, que deve ser traduzida em práticas concretas e fundamentada em teorias construídas a partir da interdisciplinaridade. Diante da complexidade dos desafios contemporâneos, as soluções propostas exigem a integração de diferentes saberes e a adoção de estratégias holísticas que reconheçam as interconexões entre as múltiplas dimensões do desenvolvimento. Nesse contexto, ganha relevância o conceito de Triple Bottom Line, também conhecido como Tripé da Sustentabilidade, formulado por John Elkington no final da década de 1990. Esse modelo estabelece que os pilares econômico, social e ambiental são indissociáveis na busca por um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Ao reunir diversas áreas do conhecimento, o tripé evidencia que tais dimensões estão integradas ao sistema vivo do planeta, exigindo abordagens que respeitem sua interdependência (ELKINGTON, 1997).

¹ “Lo sviluppo sostenibile auspica che nel mondo il progresso economico abbia la più ampia diffusione; che la povertà estrema sia eliminata, che la solidarietà sociale sia incoraggiata mediante le politiche volte a rafforzare il sentimento comunitario, che l'ambiente venga protetto dal degrado provocato dalle attività umane. Si noti che lo sviluppo sostenibile propone un quadro olistico in cui la società punta a obiettivi economici, sociali e ambientali. A volte, tale concetto viene sintetizzato così: gli OSS richiedono una crescita economica inclusiva dal punto di vista sociale e sostenibile dal punto di vista ambientale” (SACHS, 2015, p. 3).

Sustentabilidade Integral: Um Novo Paradigma Civilizatório para o Desenvolvimento Humano

No dia 11 de novembro de 2024, a economista italiana Irmã Alessandra Smerilli, secretária do Dicastério para o Desenvolvimento Humano Integral, apresentou em conferência uma nova abordagem: a sustentabilidade integral. Trata-se de um conceito que propõe superar os limites do desenvolvimento sustentável tradicional, ao enfatizar o florescimento da pessoa em todas as suas dimensões – não apenas a econômica – e de todas as pessoas, tendo como centro o bem da nossa casa comum, o planeta. Como afirma Smerilli: “Se faltar algo, não é integral e não é sustentável.” (SMERILLI, 2024).

Essa nova perspectiva vai além das práticas sustentáveis convencionais, colocando a humanidade e suas relações – inclusive com a natureza – no centro do debate. O bem-estar de cada pessoa deve ser buscado com o mesmo empenho que se dedica à preservação de cada parte do ecossistema. A sustentabilidade integral não se limita a análises e projeções baseadas em métricas físico-matemáticas; ela representa um chamado à transformação profunda das práticas e teorias do desenvolvimento, exigindo uma abordagem interdisciplinar capaz de enfrentar os desafios contemporâneos.

Essa visão ressalta que o ser humano deve ser formado de maneira integral para atuar em um mundo cada vez mais complexo e globalizado. O desenvolvimento humano integral, portanto, não é um ponto de chegada, mas um processo contínuo. Trata-se de um horizonte ético e prático que interpela tanto a ciência econômica quanto a teologia, exigindo abertura ao diálogo entre saberes diversos.

O chamado de Smerilli encontra ressonância na Encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, que afirma: “Não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise socioambiental.” (FRANCISCO, 2015, n. 139). Essa afirmação reforça a inseparabilidade entre o ser humano e a criação, lembrando que qualquer conceito de desenvolvimento que não considere o equilíbrio integral da vida humana e sua relação com a natureza será incompleto e insustentável.

Na mesma direção, o economista Jeffrey Sachs (2015) destaca que o século XXI exige um modelo de desenvolvimento baseado na cooperação global e na solidariedade, onde progresso econômico, justiça social e preservação ambiental caminhem juntos. Essa convergência entre teologia, economia e ciência revela que a sustentabilidade integral não é apenas uma meta a ser alcançada, mas sim um novo paradigma civilizatório. Nele, a centralidade da dignidade humana e o cuidado com a casa comum orientam as políticas e práticas globais.

Considerações Finais

O conceito de desenvolvimento, desde sua origem até a atualidade, passou por uma evolução ao longo da história, acompanhando as experiências humanas, os avanços tecnológicos e as práticas econômicas. Sob a ótica da Doutrina Social da Igreja, é possível perceber que ela buscou alinhar princípios éticos visando à promoção da dignidade humana, encontrando uma intersecção no século XXI, quando a busca pelo progresso passou a considerar, além dos ganhos econômicos, o uso

consciente dos recursos naturais e o bem-estar humano.

O diálogo entre a ciência econômica e a teologia mostra-se necessário para compreender o conceito de desenvolvimento humano integral. A partir da visão de Smerilli, destaca-se a importância de aprofundar a questão para entender todas as dimensões do ser humano em harmonia com a eficiência econômica, justiça social, equilíbrio ecológico e avanço espiritual, pois somente a partir dessa perspectiva interdisciplinar será possível responder às exigências do tempo presente.

Portanto, o desenvolvimento humano integral apresenta-se não apenas como uma proposta teórica, mas como um caminho necessário para enfrentar os desafios globais contemporâneos. Exige uma mudança de mentalidade que ultrapasse a lógica utilitarista e fragmentada, abrindo espaço para uma visão mais holística e integrada. Nesse sentido, o diálogo entre economia e Doutrina Social da Igreja mostra-se fecundo, pois permite articular crescimento econômico, justiça social, sustentabilidade ambiental e espiritualidade em um mesmo horizonte de sentido.

Assim, o desenvolvimento humano integral deve ser entendido como um projeto civilizatório em construção, que convoca a ciência, a política, a ética e a fé a atuarem em cooperação. Mais do que um ideal distante, trata-se de um compromisso prático e urgente com a dignidade da pessoa, a equidade entre os povos e o cuidado com a casa comum, oferecendo uma alternativa concreta frente às múltiplas crises que marcam o nosso tempo.

Referência

ELKINGTON, John. *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Oxford: Capstone, 1997.

FRANCISCO. Papa. Carta Encíclica *Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 27 set. 2025.

LEÃO XIII, Papa. Carta Encíclica *Rerum novarum. Sobre a condição dos operários*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1891. Disponível em: https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html. Acesso em: 27 set. 2025.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

PAULO VI. Papa. Carta Encíclica *Populorum Progressio: sobre o desenvolvimento dos povos*. Cidade do Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1967. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html. Acesso em: 27 set. 2025.

SACHS, Jeffrey. *The age of sustainable development*. New York: Columbia University Press, 2015.

SCHUMPETER, Joseph Alois. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras,

2010.

SMERILLI, Alessandra. Sostenibilità integrale cambia prospettiva sviluppo. *Il Sole 24 Ore*, 2024. Disponível em: https://stream24.ilsole24ore.com/video/economia/smerilli-sostenibilita-integrale-cambia-prospettiva-sviluppo/AFaQxm0C?refresh_ce=1. Acesso em: 29 mar. 2025.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.